

# Moral e Felicidade: Possibilidades para uma Sociedade Equifeliz

*Moral and happiness: Possibilities for  
an 'Equalfelicitas' society*

**Catarina Rivero, Maria Alexandra d'Araújo, Helena  
Àgueda Marujo**

## Resumo

Numa sociedade com uma complexidade crescente, fruto de desenvolvimento, globalização e de crises sociais e económicas, os temas da moral e felicidade são cada vez mais considerados. No âmbito civil ou académico, procuram-se respostas para a co-construção de caminhos alternativos e positivos para a vida em sociedade. No presente artigo exploramos os contributos das áreas da Psicologia Positiva, Economia da Felicidade e Psicologia Moral, tendo em vista propostas teóricas, numa lógica de transdisciplinaridade para futuros criativos e refletidos, para a promoção do que aqui consideramos como uma Sociedade Equifeliz – onde há a facilitação de condições para o desenvolvimento de expectativas e oportunidades, bem-estar individual e público, hedónico e eudaimónico, democracia e equidade social.

## Palavras-chave

Psicologia positiva; Economia da Felicidade; Psicologia Moral; Valores.

## Abstract

*In a society with growing complexity, as a consequence of development, globalization, social and economical crises, the topics of morality and happiness are progressively more addressed. In the civil and academic contexts, there is a search for answers upon the ways to co-construct alternative and better ways to the live as a society. This paper explores contributions from the subdisciplines of Positive Psychology, Happiness Economics, and Moral Psychology, to tackle theoretical proposals, using a logic of transdisciplinarity for creative and reflective futures, conducting to the promotion of what our thereby consider an Equihappy society – where there is the facilitation of conditions for the development of expectations and opportunities, individual and public well-being, both hedonic and eudaimonic, democracy and social equity.*

## Keywords

*Positive Psychology; Happiness Economics; Moral Psychology; Values.*

**Catarina Rivero**  
Universidade de Lisboa

Psicóloga. Possui Master em Terapia Familiar e Sistemas pela Faculdade de Medicina da Universidade de Sevilha e Mestrado Executivo em Psicologia Positiva Aplicada pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

[catarina.rivero@gmail.com](mailto:catarina.rivero@gmail.com)

**Maria Alexandra  
d'Araújo**  
Associação Portuguesa de  
Estudos e Intervenção em  
Psicologia Positiva (APEIPP)

Mestre (Mestrado Executivo) em Psicologia Positiva Aplicada pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa (2013), sendo licenciada em História pela Universidade Lusfada (1996). É membro da Associação Portuguesa de Estudos e Intervenção em Psicologia Positiva (APEIPP).

[jardimmaria@gmail.com](mailto:jardimmaria@gmail.com)

**Helena Àgueda Marujo**  
Universidade de Lisboa

Professora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Doutora em Psicologia pela Universidade de Lisboa. Membro do Board of Directors da International Positive Psychology Association. Representante Português na Rede Ibero-Americana de Psicologia Positiva. Membro da Comissão Científica da Associação Portuguesa de Estudos e Intervenção em Psicologia Positiva.

[hmarujo@iscsp.utl.pt](mailto:hmarujo@iscsp.utl.pt)

## Introdução

No contexto atual de crise social e econômica, questões de felicidade e moralidade individuais e coletivas emergem nos diferentes domínios do saber. Neste sentido, o presente artigo pretende contribuir para o questionamento de possibilidades existentes nas áreas da Psicologia Positiva, Economia da Felicidade e Psicologia Moral, para a co-construção do que acreditamos ser uma Sociedade Equifeliz - onde há a facilitação de condições para o desenvolvimento de expectativas e oportunidades, bem-estar individual e coletivo ao nível de prazer, sentido para a vida e valores, considerando em particular os valores da equidade e da democracia. Exploraremos a descrição dos princípios fundamentais e percursos das três escolas e, finalmente, abriremos possibilidades conceptuais com questões generativas para um futuro que se deseja e se precisa criativo e refletido.

## Psicologia Positiva

A Psicologia Positiva surge formalmente no ano 2000, com o lançamento de um número especial da revista da *American Psychological Association* (APA) totalmente dedicada ao tema do estudo de tópicos positivos e do funcionamento humano ótimo. Tal terá sido possível pelo trabalho conjunto de Martin Seligman (o então presidente da APA) e Mihaly Csikszentmihalyi, que ali consideram que a psicologia não estava a produzir suficiente “conhecimento sobre o que faz com que a vida mereça a pena ser vivida” (SELIGMAN; CSIKSZENTMIHALYI *apud* GABLE; HAIDT, 2005 p.103). Sobretudo após a II Guerra Mundial, foi notória a tendência para o estudo do disfuncional ou negativo, com vista a dar resposta às exigências do momento. O foco da investigação e respetivo financiamento no âmbito da Psicologia passou a centrar-se sobretudo na busca da compreensão de desordens variadas, tais como traumas, depressões, stresse e ansiedade, entre muitas outras que tocaram e tocam tantos seres humanos (GABLE; HAIDT, 2005; FREDRICKSON; KURTZ, 2011). Não obstante, décadas houve em que vários autores estudaram e investigaram temas como o bem-estar subjetivo, o *flow* ou a felicidade, de algum modo afastados do que era o *mainstream* da psicologia (DELLE FAVE; MASSIMINI; BASSI, 2011). O movimento da Psicologia Positiva tornou-se um marco na história da Psicologia, juntando profissionais de todo o mundo que se mantinham envolvidos na compreensão do bem-estar e florescimento humanos, contribuindo para uma mudança de paradigma efetivo e de âmbito mais alargado do que até então tinha sido conseguido. Assim, a Psicologia Positiva afirmou-se como “o estudo das condições e processos que contribuem para o florescimento ou funcionamento ótimo das pessoas, grupos e instituições” (GABLE; HAIDT, 2005, p.104).

Surge assim, com o movimento da Psicologia Positiva, um desejo reforçado em ir além da resolução de problemas ou banir a dor – ainda que sem os negar ou desvalorizar –, para estudar e promover formas de potenciar o bem, o bom e o ético a nível individual e coletivo. Áreas como o otimismo, a resiliência, o amor, a motivação, a gratidão, o perdão ou a esperança passaram a fazer parte de muitas intervenções e investigações como até então não tinha acontecido. Dentro deste âmbito, duas linhas de estudo foram sendo desenvolvidas que, de algum modo, tendem agora a encontrar-se numa visão integrada de bem-estar: o estudo das emoções positivas (HELLIWELL; WANG, 2012), naquilo que será uma tradição tendencialmente mais hedónica, e o estudo dos talentos, virtudes humanas e desafios para realizar o seu potencial (GIANNOPOULOS; VELLA-BRODRICK, 2011), no que é entendido como uma tradição eudaimónica. Não obstante o comum na busca de processos inerentes a uma ‘vida boa’ (DELLE FAVE; MASSIMINI; BASSI, 2011) alguns autores sublinham três grandes

polaridades na conceção de felicidade entre o hedonismo e a eudaimonia: “estado versus processo, sentir versus funcionar, realização pessoal versus realização integrada” (DELLE FAVE; MASSIMINI; BASSI, 2011, p. 5).

## Hedonismo

No âmbito da felicidade hedónica consideram-se sobretudo os processos inerentes à experiência de emoções positivas (HELLIWELL; WANG, 2012), bem como de gratificação imediata (HOLDER, 2012). Na Psicologia Positiva, o hedonismo assenta sobretudo no conceito de bem-estar subjetivo proposto por Ed Diener e inclui uma componente emocional (presença de emoções positivas e ausência de emoções negativas), bem como uma componente cognitiva (julgamento pessoal sobre a sua satisfação com a vida como um todo, ou sobre domínios ou circunstâncias específicas da vida) (DELLE FAVE; MASSIMINI; BASSI, 2011). Há no hedonismo uma aproximação comum a Epicuro, quando defendia que as pessoas desejavam o prazer e o evitar ou diminuir da dor, pese embora a sua ideia central estar no conceito de ataraxia, i.e., liberdade de preocupações e ansiedade.

Barbara Fredrickson, autora da Teoria do Alargamento e Construção – *Broaden-and-Build Theory* (FREDRICKSON, 2003) – é uma das investigadoras que mais tem contribuído para o estudo das emoções positivas. A autora afirma que existem correlações entre as emoções positivas e crescimento pessoal, desenvolvimento de recursos pessoais e sociais (FREDRICKSON, 2013). Propõe que a experiência de emoções positivas alarga a capacidade dos indivíduos em termos da atenção, perceção, flexibilidade de pensamento, *working memory* ou criatividade, ampliando assim o seu repertório de comportamentos e soluções perante os problemas, com impacto positivo a nível cognitivo, mas também psicológico, social e físico (FREDRICKSON, 2003; FREDRICKSON; KURTZ, 2011; DELLE FAVE; MASSIMINI; BASSI, 2011; FREDRICKSON, 2013). As emoções positivas têm ainda o efeito de desfazer o impacto nefasto que as emoções negativas possuem (*undo effect*), por exemplo, ao nível da saúde física (DELLE FAVE; MASSIMINI; BASSI, 2011; FREDRICKSON, 2013; DE NEVE; DIENER; TAY; XUEREB, 2013).

Numa lógica de promoção de emoções positivas, é ainda importante realçar que os estudos não revelam benefícios de uma dose ilimitada de emoções positivas. Fredrickson (2003) aponta no sentido de que poderá haver um excesso de emoções positivas que possa comprometer um equilíbrio ótimo para o bem-estar. Por outro lado, há ainda a considerar uma diferença significativa entre frequência e intensidade, já que a primeira terá um caráter preditor de satisfação com a vida superior à segunda (FREDRICKSON, 2013).

Pese embora a investigação baseada na perspetiva hedónica tenha dominado os primeiros anos da Psicologia Positiva – e a teoria *Broaden-and-build* tenha sido defendida por ser mais do que hedónica – são muitos os estudos que evidenciam a importância de focar mais claramente numa vida com propósito, em função dos valores fundamentais para cada um (ou para uma comunidade). Na verdade, verifica-se que vidas dedicadas sobretudo à busca de prazer e interesses pessoais podem acabar por ser nefastas, quer a nível individual, quer coletivo (DELLE FAVE; MASSIMINI; BASSI, 2011). É essa a proposta da perspetiva eudaimónica.

## Eudaimonia

O conceito de *eudaimonia* baseia-se na teoria de Aristóteles sobre felicidade, desenvolvida no seu livro *Ética a Nicómano*, onde o autor centra a sua perspetiva na busca do significado de viver uma vida boa, de excelência

(RYAN; HUTA; DECI, 2008). Não obstante termos assistido a um crescendo de estudos baseados na *eudaimonia*, este é ainda um conceito pouco operacionalizado e que tem sido conotado com diferentes perspectivas, nem sempre consensuais (HEFFERSON; BONIWELL, 2011; BAUMEISTER; VOHS; AAKER; GARBINSKY, 2013). Contudo, vários autores no âmbito da Psicologia Positiva têm procurado definir a felicidade eudaimônica associada a uma vida com sentido, o desenvolvimento das virtudes humanas (WONG, 2011; BAUMEISTER; VOHS; AAKER; GARBINSKY, 2013), e de realização do *daimon* - a efetivação da verdadeira natureza de cada pessoa (DECI; RYAN, 2008).

No âmbito de uma perspectiva eudaimônica, a felicidade é então um processo contínuo (DELLE FAVE; MASSIMINI; BASSI, 2011), com particular relevo no alcance de objetivos pessoais, florescimento, significado e propósito, mais do que prazer ou divertimento (DELLE FAVE; MASSIMINI; BASSI, 2011; HELLIWELL; WANG, 2012). A felicidade eudaimônica “ênfatiza os desafios que os indivíduos encontram ao procurar funcionar ao nível do seu potencial e tomar consciência dos seus talentos únicos” (GIANNOPOULOS; VELLA-BRODRICK, 2011, p. 95), relacionando-se com o adiamento de recompensas, de forma a obter benefícios a longo termo (HOLDER, 2012).

São vários os modelos e áreas de estudo que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito da filosofia eudaimônica, sendo que iremos aqui considerar o Sentido (*Meaning*) e as Virtudes Humanas.

## Sentido (*Meaning*)

Todos os indivíduos buscam de algum modo um sentido para a sua existência e tal irá contribuir para integrar passado, presente e futuro numa narrativa que inclui diferentes momentos, espaços e realidades experienciados (BAUMEISTER; VOHS; AAKER; GARBINSKY, 2013). Um dos pioneiros no estudo do Sentido para a Vida terá sido Viktor Frankl, que nos anos 50 e influenciado pela sua vivência em Auschwitz (FRANKL, 1946), desenvolveu uma abordagem terapêutica centrada na busca de um Sentido e crescimento a partir de experiências de dor e sofrimento (DELLE FAVE; MASSIMINI; BASSI, 2011). Diz Frankl, naquela que ficou conhecida como a Tese do Otimismo Trágico, “Um certo otimismo em relação ao nosso futuro pode fluir das lições retiradas do nosso trágico passado” (FRANKL, 1946, contracapa).

Nesta perspectiva é então valorizada a forma como os indivíduos lidam com a dor e a integram na sua narrativa de vida. Assim, experienciar uma situação dolorosa, não obstante ter um impacto negativo na felicidade hedônica, pode reforçar o Sentido para a Vida dos indivíduos (BAUMEISTER; VOHS; AAKER; GARBINSKY, 2013). Vários autores, a partir de investigações qualitativas (entrevistas e narrativas), sugerem que o Sentido “satisfaz as necessidades de propósito, valor, sentido de eficácia e valor próprio” (BAUMEISTER; VOHS, 2002 apud DELLE FAVE; MASSIMINI; BASSI, 2011), potenciando estabilidade percebida ao longo das vicissitudes inerentes à vida (BAUMEISTER; VOHS; AAKER; GARBINSKY, 2013).

Baumeister e colaboradores (2013) consideram ainda o Sentido como cultural mais do que pessoal, já que os valores são passados entre gerações e integrados pelos indivíduos, contribuindo assim para um trabalho cooperativo desenvolvido ao longo de gerações. O Sentido trará mais do que a satisfação de necessidades básicas, num processo mais complexo do que a felicidade hedônica, na medida em que nos permite integrar passado, presente e futuro e ter uma vida refletida e verdadeiramente humana (BAUMEISTER; VOHS; AAKER; GARBINSKY, 2013).

## Virtudes Humanas

O estudo das virtudes humanas e forças de carácter têm sido também incluídos numa perspetiva eudaimónica. Christopher Peterson e Martin Seligman iniciaram em 1999 um percurso destinado a identificar as forças humanas, a partir de investigação e sistematização teórica, fazendo avançar o *VIA Project (Values In Action)*, em busca do que seria um Bom Carácter (PETERSON; PARK, 2011). Este trabalho culminou numa lista de 6 virtudes e 24 Forças de Carácter (ver Quadro 1), que é hoje uma referência nesta área de estudos. As Forças Humanas são aqui consideradas como “os nossos padrões pré-existentes de pensar, sentir e comportar que são autênticos, energizantes e que levam à nossa maior performance” (BISWAS-DIENER, 2010, p. 21).

| Virtudes                     | Forças de Carácter   | Definição   |
|------------------------------|--|---|
| 1 - Sabedoria e Conhecimento | Criatividade, Curiosidade, Originalidade, Gosto pela Aprendizagem e Empatia    | Forças cognitivas que se relacionam com a aquisição e o uso do conhecimento     |
| 2 – Coragem                  | Autenticidade, Ousadia, Persistência e Entusiasmo                              | Forças emocionais, ligadas à vontade de lutar para alcançar metas               |
| 3 – Bondade                  | Amor e Inteligência Social   | Forças interpessoais, visam a colaboração, apoiar os outros, “fazer boas ações” |
| 4 – Justiça                  | Equidade, Liderança e Trabalho de Equipa                                       | Forças que promovem cuidado e atenção no trato/respeito social                  |
| 5 – Temperança               | Perdão, Modéstia, Prudência e Auto-controlo                                    | Forças reguladoras, protegem dos excessos                                       |
| 6 – Transcendência           | Apreciar a beleza e a excelência, Gratidão, Esperança, humor e Espiritualidade | Forças que elevam   |

Quadro 1 - Lista da classificação das virtudes humanas e forças de carácter (VIA)

Hoje as forças e virtudes humanas são não só utilizadas no sentido de compreender o indivíduo, naquilo que é o seu bem-estar individual, mas também a nível coletivo. No âmbito das organizações, por exemplo, tem vindo a crescer a investigação a este nível, nomeadamente no tocante aos processos inerentes às dinâmicas organizacionais que levam os seus colaboradores - bem como a organização em si - a tornarem-se excecionais e virtuosos (CAMERON; CAZA, 2003).

A perspetiva da felicidade entendida como *Eudaimonia* tem vindo assim a ser desenvolvida de acordo com vasta investigação e diversidade de modelos, mas as duas abordagens atrás referidas e escolhidas mostram resultados empíricos que sugerem, no geral, que a sua otimização – quer do sentido na vida, quer das virtudes – promove a felicidade hedónica a longo prazo (ao contrário de um foco exclusivo no hedonismo que parece ter um efeito temporal mais breve), o propósito de vida, e uma ligação ativa e positiva com o contexto social envolvente. Esta filosofia leva os indivíduos não só a se sentirem bem, como a fazerem o bem (como defendia Aristóteles), e a contribuírem mais para o coletivo (RYAN; HUTA; DECI, 2008).

## Hedonismo e Eudaimonia: uma integração equilibrada

Havendo tradições distintas na abordagem dos estudos e intervenção sobre felicidade, são cada vez mais as evidências – e autores a defendê-lo – que será na associação entre ambas as tradições que podemos encontrar um equilíbrio ótimo em termos de bem-estar (HUTA; RYAN, 2010; KEYES; SHMOTKIN; RYFF, 2002). São vários os estudos ao longo dos anos que sugerem uma forte correlação entre bem-estar subjetivo (BES) e felicidade eudaimónica, nomeadamente ao nível do sentido e propósito de vida (FREDRICKSON, 2013; BAUMEISTER; VOHS; AAKER; GARBINSKY, 2013; KEYES; SHMOTKIN; RYFF, 2002), havendo assim indicação de que a própria experiência de emoções positivas e satisfação com a vida, per se, tende a potenciar uma vida boa, no sentido aristotélico.

Keyes, Shmotkin e Ryff (2002) propõem a existência de processos de compensação e complementaridade entre bem-estar subjetivo (BES, numa perspetiva hedónica) e bem-estar psicológico (BEP, numa perspetiva eudaimónica). Consideram então que as duas abordagens se influenciam e se complementam, sendo que, quando existem em níveis equivalentes, contribuem para um sentido de auto-congruência. Por outro lado, um BES elevado pode ajudar a manter alguns sentimentos positivos mesmo quando, devido a falta de recursos, oportunidades ou saúde, o indivíduo não experiênciaria no momento um elevado BEP. O contrário também poderá acontecer, segundo os mesmos autores, já que em momentos difíceis e de dor, o BES pode ficar comprometido, mas haver um aumento do BEP.

Um contributo importante será também a questão levantada por Huta e Ryan (2010), de procurar compreender acima de tudo os motivos das ações, mais do que avaliar (em termos de hedonismo e *eudaimonia*) as atividades em si, defendendo que tal poderá contribuir para uma maior clarificação dos constructos. De facto, há atividades que não poderão ser exclusivamente atribuídas a uma ou outra filosofia, dando o exemplo de atividades como tocar um instrumento musical ou praticar um desporto que, dependendo da motivação do indivíduo, poderão ser consideradas como elevadas nas duas dimensões.

Por outro lado, será na dialética, por vezes paradoxal, entre o positivo e o negativo, e na qualidade da relação estabelecida com as vicissitudes da vida, que poderemos ter uma maior abrangência daquilo que é uma vida plena (WONG, 2011). Conhecer os processos que conduzem a um Sentido e

considerar estados elevados da natureza humana será a base para nos inspirarmos e motivarmos para co-criar um mundo melhor (HUTA; RYAN, 2010).

## Felicidade Coletiva

No século XX assistimos a um grande aumento da riqueza de algumas nações, nomeadamente das que integram a cultura ocidental, sem que tal tenha trazido garantias de bem-estar individual ou social. Sociedades mais ricas não conseguiram ultrapassar os problemas sociais (DIENER; RYAN, 2011) e, não obstante, a cultura economicista, orientada para os valores materiais, parece continuar a liderar a gestão e avaliação das nações. As medidas económicas podem não ter uma relação direta com a forma como uma nação se encontra ao nível da justiça, confiança ou mesmo na alegria de viver das suas populações (DIENER; RYAN, 2011). O sociólogo Ruut Veenhoven (2011) considera que a felicidade, enquanto satisfação com a vida ou bem-estar subjetivo, é mediada em cerca de 80% pela qualidade da sociedade, sendo que parece beneficiar de justiça social e de um governo de qualidade, com indicadores ao nível do respeito pelos direitos humanos, existência de um estado de direito, igualdade de género e baixo nível de corrupção, independentemente da cultura (VEENHOVEN, 2011). O autor defende que este fator, (*livability* das sociedades), será sempre um nível fundamental a ter em atenção quando pretendemos promover a felicidade dos indivíduos, para além da *livability* das instituições e da *life-ability* dos indivíduos.

De acordo com os dados da *World Data Base of Happiness*<sup>1</sup> da Universidade de Roterdão, criada pelo referido sociólogo, a felicidade estará associada à riqueza das nações, mesmo que o crescimento económico tenha um impacto mais evidente na felicidade nos países que são pobres (VEENHOVEN, 2011). Bruno Frey (2009), não obstante também constatar que o nível de bem-estar subjetivo é superior nos países onde o PIB é mais alto, alerta para o facto de haver potenciais fatores concorrentes para essa realidade, como será o exemplo da qualidade da democracia. Com efeito, de modo geral é também nos países mais ricos em que existe mais e melhor democracia.

Uma questão frequentemente estudada nos estudos macro de felicidade, e de relevância social capital, é a da igualdade e do seu impacto no bem-estar. Neste tópico particular, os autores não são consonantes. Por um lado, os estudos de Veenhoven (2011) sugerem não existir um impacto significativo da igualdade (ou desigualdade) na felicidade, referindo indícios de que os indivíduos se adaptam, possivelmente devido a outros fatores protetores que usam para compensar as disparidades. Por outro lado, Wilkinson e Pickett (2011), nos seus estudos sobre desigualdade<sup>2</sup>, referem que, não obstante percebermos que as pessoas são mais felizes nas nações mais ricas, quando fazemos um zoom a cada uma das nações compreendemos que quanto mais desiguais mais comprometido fica o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos, bem como se tornam claros variados problemas sociais e de saúde - de acordo com os autores, este têm uma maior relação com a desigualdade do que o nível de vida absoluto dos indivíduos. Ao contrário do que defende Veenhoven (2011), Wilkinson e Pickett (2011, p. 25) afirmam que o mais importante será “onde nos posicionamos em relação aos outros na nossa própria sociedade”. A tese da comparação social é também defendida por Frey (2009) que refere não ser o nível absoluto do rendimento que mais relevância tem para o bem-estar, mas a sua posição na tabela de rendimentos, já que os indivíduos tendem a comparar-se com os demais, seja ao nível de rendimento, seja no consumo, estatuto ou utilidade.

### 1

<http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/> acessado a 13 de Setembro de 2013

### 2

Dados da desigualdade foram publicados pelas Nações Unidas (WILKINSON; PICKET, p. 175)

### 3

Easterlin (1974) veio demonstrar, baseado em avaliações conduzidas em 19 países (“desenvolvidos e menos desenvolvidos”) desde a II Guerra Mundial e até aos anos setenta, que não obstante ter havido um grande aumento de rendimento e de poder de compra, este não era acompanhado pela mesma progressão ao nível da felicidade. O exemplo do Japão é paradigmático, já que se registou, de acordo com o autor, um aumento do rendimento per capita de seis vezes, com maior poder de compra, bens materiais e conforto (televisões, carro, casas-de-banho em casa, entre outros), e em que não teve impacto significativo no bem-estar subjetivo (FREY, 2009). Repare-se que esta situação foi também identificada nos EUA, em que o PIB triplicou nos últimos cinquenta anos, sem haver, uma vez mais, o impacto esperado no bem-estar e felicidade (DIENER; SELIGMAN, 2009). Este fenómeno ficou conhecido como o Paradoxo de Easterlin, sendo uma referência mundial nos estudos que pretendem compreender a relação entre rendimento e bem-estar subjetivo.

Assim, dados de estudos em vários países do mundo sugerem que nem só do PIB vive o bem-estar do Homem. Efetivamente, quando analisamos o crescimento do PIB – para além de tal não ser acompanhado linearmente pelo bem-estar subjetivo, como desde Easterlin tem vindo a ser constatado e reafirmado<sup>3</sup>– será ainda de ter em consideração que nem todos os meios que estimulam a economia podem ter benefícios no bem-estar. A título de exemplo, podemos referir o caso do terrorismo ou acidentes de viação, que podem beneficiar o PIB (na medida em que promovem transações económicas no país) mas que naturalmente não terão um impacto positivo no bem-estar dos cidadãos (LOPES *et al*, 2013). Por outro lado, dados da investigação sugerem que fatores não considerados pelo PIB (ou que até o poderão penalizar) têm impacto significativo no bem-estar e felicidade das populações, como será o caso da generosidade e suporte social – quando há doação e troca de bens nas comunidades, as pessoas sentem-se melhor, mas tal estará a penalizar o consumo e, como tal, o PIB.

Há assim evidências na investigação de diferentes domínios do saber que nos levam a uma exigência (moral?) de repensar não só as vivências individuais e relacionais, mas também as vivências coletivas ao nível das comunidades e das nações (MARUJO; NETO, 2013).

## Para uma Felicidade Pública: uma proposta da economia

Porta e Scazzieri (2007), dentro da área da economia da felicidade, propõem a existência de duas dimensões essenciais na felicidade, uma individual e uma social. A primeira, segundo os autores, estará relacionada com os sentimentos e emoções morais, enquanto a segunda ligar-se-á a emoções morais e ao “facilitar de condições”. A Felicidade Pública liga-se assim aos processos inerentes a essa facilitação de condições, através dos quais será possível aos indivíduos, a nível individual e coletivo, compreenderem que “os seus propósitos são mutuamente reconhecidos, e que as suas capacidades se tornam em ‘funcionamentos” (PORTA; SCAZZIERI, 2007, p.95).

A Felicidade Pública medeia, de algum modo, as crenças culturais ou aspirações, e as oportunidades sociais para as concretizar. As distribuições, variações ou distanciamento entre crenças e oportunidades, numa nação ou sociedade, irão influenciar fortemente a estrutura e o nível da felicidade pública (PORTA; SCAZZIERI, 2007). Esta será então inversamente proporcional à distância entre as crenças e oportunidades. Se a tradição económica tem vindo a centrar-se mais na utilidade, isto é, na relação entre pessoas e coisas (como será o caso do consumo), a proposta de uma viragem para a felicidade, entendida aqui como a relação entre pessoas, poderá inverter a lógica que até aqui temos vindo a seguir (MAGGIOLINI; NANINI, 2007). Assistimos ao renascimento da ideologia da Economia Civil, como forma de dar resposta aos problemas atuais. Zamagni e Bruni (apud MAGGIOLINI; NANINI, 2007) defendem três princípios fundamentais para uma ordem social: troca de equivalentes (como o verificado nos mercados e que tem em vista a eficiência), re-distribuição (uma redistribuição da riqueza com vista à equidade, que permitirá a todos entrarem no jogo dos mercados), e reciprocidade (orientado para a relação e integrando a gratuidade, com vista à fraternidade). Serão estes três princípios os pilares da Economia Civil, cuja proposta passa pela

experiência da sociabilidade humana, de reciprocidade e fraternidade, dentro de uma vida económica normal (...). Estes princípios, que são



'outros' além do lucro e das trocas puramente instrumentais, podem ter lugar dentro da atividade econômica (MAGGIOLINI; NANINI, 2007, p. 2).

Maggiolini e Nanini (2007) propõem assim que na base da ordem social esteja o princípio universal do respeito recíproco pelos valores individuais, que deverão ser seguidos pelos mercados e não substituídos. Bruni (2008), um dos principais defensores da Economia Civil, propõe que a sociedade civil irá florescer quando diferentes formas de reciprocidade coexistirem em harmonia, em vez de competirem ou se substituírem. Desta forma, o autor defende uma inversão da filosofia de separação de princípios (em que a lógica de mercado termina quando começa a reciprocidade, bem como o contrário), defendendo um diálogo entre formas de relações sociais, numa complementaridade entre contrato e dádiva, já que ambas, no seu entender, são formas distintas de reciprocidade, mas essenciais a uma sociedade boa, mais rica, cívica e positiva.

Entre os vários domínios do saber, é vasta a investigação, e inúmeras as ações que têm vindo a ser desenvolvidas, com variadas abordagens e metodologias, para repensar a atual vida em sociedade. Os dados hoje disponíveis, oriundos deste hibridismo entre domínios científicos (MARUJO; NETO, 2013), poderão ajudar-nos a co-construir um mundo efetivamente melhor, orientado para os valores e para as felicidades individual e coletiva. É tempo, como defendem Neto e Marujo (2013) de integrar diferentes saberes e formas de investigar e atuar, focando nos valores relacionais e sociais, e assumir uma posição que irá além do descrever o real, mas integrar, relacionar e transformar coletivamente rumo a uma Sociedade Equifeliz.

## Psicologia Moral

De forma algo paralela ao crescimento verificado nos estudos do bem-estar e felicidade, oriundos da psicologia e da economia, tem vindo a ser reforçado nas últimas décadas um outro campo da Psicologia que se dedica ao tema da Moral. É nosso entender que os seus contributos podem confluir com os anteriores, para nos permitir visionar novas e melhores formas de relação em sociedade.

Têm sido vários os autores que abordaram o tema nas suas investigações e reflexões, embora a moralidade nem sempre tenha sido o centro dos estudos nos trabalhos em que emerge (LA TAILLE, 2010). Tal terá sido o caso de Freud, Skinner ou Piaget, cujos contributos para o estudo da moralidade terão sido limitados e pouco aprofundados, mas fundamentais para que viesse a surgir a Psicologia Moral, enquanto campo reconhecido da Psicologia. Dentro da abordagem Psicanalítica houve um maior enfoque na componente emocional da moralidade, havendo uma ligação à interiorização dos padrões parentais, bem como à resistência ao prazer e experiência de culpa perante transgressões (LOURENÇO, 1992). Já na perspectiva da aprendizagem social, a moralidade está sobretudo relacionada com as influências do meio, sendo resultado de diversas contingências ou condicionamentos. Nesta abordagem, a moralidade terá a ver com o comportamento e respetiva aprovação social, na forma como segue as normas e as regras estabelecidas.

Piaget e Kohlberg foram no entanto os autores que mais marcaram o início de um estudo mais sistematizado sobre a Moral, seguindo a perspetiva kantiana do princípio da justiça, "na qual os princípios se organizam hierarquicamente e se relativizam com a idade" (ALVES DE LIMA, 2004, p.21). Para Kant (apud LA TAILLE, 2010) a moral terá um correspondente em termos de realidade psíquica, considerando que uma ação moral é aquela movida por um imperativo categórico, no sentido de

um sentimento de dever incondicional, que o sujeito experiencia para agir de acordo com as regras. Kant, como outros autores da área da Moralidade, assumem que o bem (ou a motivação para agir bem) se liga a uma realidade psíquica (LA TAILLE, 2010), o que nos poderá levar a assumir como real um sentimento de obrigatoriedade transversal a todos os indivíduos.

Em 1932, foi editada a obra de Jean Piaget *O Juízo Moral da Criança*, onde se propõe um modelo de juízo moral ao longo do desenvolvimento infantil (ALVES DE LIMA, 2004; LA TAILLE, 2010), considerando o amadurecimento de uma base egocêntrica rumo à cooperação, e propondo a existência de “duas morais”: (1) Moral Heterónoma, em que a criança age de acordo com as regras definidas pela autoridade (os adultos), e (2) Moral Autónoma, em que a criança desenvolve uma consciência da sua moralidade e uma capacidade para discutir com os pares essas mesmas regras e cooperar para uma eventual mudança (ALVES DE LIMA, 2004). Lawrence Kohlberg, inspirado na teoria de Jean Piaget, propõe um modelo de Desenvolvimento Moral segundo uma abordagem estrutural-constructivista. Considera que o sujeito mais desenvolvido moralmente seguirá um ideal de justiça e reciprocidade universal (LA TAILLE, 2010). No seu modelo, há uma ênfase no cognitivo (ALVES DE LIMA, 2004; LA TAILLE, 2010; LOURENÇO, 1992), tendo o autor definido estágios de juízo moral, de acordo com a investigação realizada a partir de dilemas morais, com estudos transversais, longitudinais e em diferentes países do mundo, como México, Israel, Turquia, Taiwan e Canadá (ALVES DE LIMA, 2004). Este modelo considera assim a existência de seis estágios, integrados em três níveis de desenvolvimento sociomoral (LOURENÇO, 1992): Pré-Convencional (em que as normas e regras sociais são externas ao indivíduo e o juízo será em função de eventuais punições); Convencional (regras e normas interiorizadas e orientação para uma convivência de modo a respeitar a ordem estabelecida), e Pós-Convencional (o valor vai além das normas estabelecidas, orientando-se para os princípios éticos universais).

Se Piaget considerou estágios de desenvolvimento moral e duas morais com uma certa relatividade, Kohlberg veio assumir-se de forma mais rígida sobre os estágios propostos, o que leva alguns autores a considerar que terá havido aqui como que um retrocesso (ALVES DE LIMA, 2004). Nesta linha de pensamento foi explorada a forma como os indivíduos refletiam sobre o comportamento moral, mas continua por esclarecer o que leva os indivíduos a agir moralmente (ALVES DE LIMA, 2004; LA TAILLE, 2010). Carol Gilligan veio introduzir a ‘ética do cuidado’ nos estudos de desenvolvimento moral, com o objetivo de ir para além da justiça. A autora relaciona as virtudes com a razão e o conhecimento, numa perspetiva mais orientada para as relações e centrada no exercício de virtudes como o amor, a tolerância ou a generosidade: “a consciência de múltiplas verdades leva a uma relativização da igualdade no sentido da equidade e enseja uma ética da generosidade e do cuidado” (GILLIGAN apud ALVES DE LIMA, 2004, p. 21).

Até aqui, os autores que mais se destacaram na moralidade focaram a sua atenção no juízo moral sendo que existem muitas evidências de que a ação moral nem sempre se relaciona com o cognitivo. Ainda assim, as ideias de Kohlberg dominaram a área da moralidade por cerca de 15 anos (HAIDT, 2007). Ficavam em aberto nos estudos clássicos da Moralidade as motivações do agir moral, as emoções a elas associadas e naturalmente as implicações para a co-construção de uma sociedade moral. Foi nos anos 90 que assistimos ao ressurgimento do interesse no tema da moralidade, com novas perspetivas e possibilidades de compreensão do comportamento moral (GRAHAM *et al*, 2013).

Uma das questões morais abraçada pela psicologia passa pela compreensão dos motivos da ação moral. Contrariando uma lógica de ‘verdade absoluta’, são propostos pela perspetiva do relativismo diferentes valores assumidos em diferentes culturas, o que levará a uma diversidade

de regras de conduta. No relativismo axiológico, considera-se que não se poderá estabelecer uma hierarquia entre valores, ou até mesmo considerar alguns como imorais (e que nos levantará questões sobre situações como a excisão genital feminina, ainda praticada em algumas culturas); e no relativismo antropológico, em que se considera a existência de uma diversidade de opções morais, mesmo que algumas possam não ser consideradas válidas (LA TAILLE, 2010).

Na tradição construcionista, Gergen (1996) alerta (e critica) o fato da ciência ter vindo de algum modo a substituir a religião, no sentido de uma perspectiva que diz ser otimista da existência de uma base para a ação moral. Segundo o autor, se na religião haverá a crença do Homem ser a criatura de um criador divino e, como tal, considerado com instintos leais, a ciência, nomeadamente numa tradição racionalista, através de estudos e investigação, procurou impor uma autoridade científica:

a tentativa em estabelecer sistemas universais de valor ou éticos, baseados em sentimentos morais ou instituições, passaram a ser considerados como um imperialismo ocidental disfarçado (GERGEN, 1996, pag. 88).

Este autor terá sido inspirado pelo livro *After Virtue* de MacIntyre, publicado em 1984, em que é defendido que a vida moral não será tanto uma questão racional ou individual, mas uma forma de participação comunitária. O autor defende então que

as linguagens ética e moral encontram-se entre os recursos disponíveis para atuar nos jogos e participar nas danças da vida cultural. São movimentos ou posicionamentos que permitem às pessoas construir a cultura considerando um sentido moral ou ético (GERGEN, 1996, p.95).

Por seu turno, no prólogo da reedição de 2007 de *After Virtue*, MacIntyre vem reconsiderar o seu posicionamento, distanciando-se da abordagem Comunitária, embora mantendo a afirmação da importância das relações sociais, e sublinhando a importância do intrapessoal. Afirma o autor,

(...) aprendi de Aquino que a minha tentativa de prover uma perspectiva do bem humano apenas em termos sociais, em termos das práticas, tradições, e da unidade narrativa das vidas humanas, terá sido inadequado até o ter provido de uma estrutura metafísica. É apenas porque os seres humanos têm um fim para o qual se dirigem, pela razão da sua natureza específica, que práticas, tradições e afins estão aptos a funcionar da forma que o fazem. (GERGEN, 1996, p.11)

Também Owen Flanagan (1991) veio reforçar a importância de um olhar para o indivíduo em si. Considera que a moralidade tem sido sobretudo dedicada ao tema da resolução de conflitos, harmonia social e proteção de direitos, dando um relevo ao interpessoal em detrimento da esfera intrapessoal. O autor defende que os dilemas morais acontecem com regularidade e que não poderão ser descurados, quando abordamos o tema da moral: “moralidade, podemos dizer, que tem as duas componentes, interpessoal e intrapessoal, sendo que a última não está sempre instrumentalmente ligada à primeira” (FLANAGAN, 1991, p. 17). O autor propõe que será na relação entre paz social, harmonia e bem-estar, por um lado, e auto-estima e identidade pessoal, por outro, que encontraremos a base que propiciará um comportamento ou ação a ser integrado no campo da moralidade.

Tem havido assim um debate sobre esta dialética entre fatores sociais e individuais na ação moral e, neste sentido, Flanagan (1991) defende a importância da integração da ciência psicológica, de forma a complementar a tradição filosófica em termos de investigação sistematizada, para uma melhor compreensão da moralidade.

La Taille (2010) considera fundamental compreender a perspectiva ética adotada pelos indivíduos, para compreendermos os seus comportamentos morais. Num Plano Moral, La Taille considera que existe um sentimento de dever, mesmo que os sujeitos possam sucumbir “à tentação” a partir do que poderão experimentar emoções morais como a culpa. No Plano Ético, haverá espaço para a busca de uma “vida boa”. Para Compte-Sponville (apud LA TAILLE, 2010) “a moral responde à questão ‘o que devo fazer?’ e a ética, à questão ‘como devo viver?’, havendo distinção de forma e conteúdo. No Plano Ético será assim considerada a vida virtuosa, numa perspectiva eudaimónica, com alusão às virtudes que serão desejáveis, mas não obrigatórias.

Jonathan Haidt e Craig Joseph (apud GRAHAM; HAIDT; KOLEVA; MOTYL; IYER; WOJCIK; DITO, 2013), na sua proposta do Modelo das Fundações Morais, trazem uma abordagem mais abrangente, e que vai para além do princípio da justiça. Aqui procuraram integrar, no âmbito do estudo da moralidade entre culturas, as perspectivas do discurso moral explícito (influenciada por Shweder<sup>4</sup> e das relações interpessoais (inspirada em Fiske<sup>5</sup>). Procuraram ligar a tradição evolucionista e a antropológica ao julgamento moral (GRAHAM et al, 2013). Nesta perspectiva, consideraram existir componentes transversais às diferentes culturas, para as quais já existiria uma explicação evolucionista, sendo que consideraram como os “melhores candidatos” os seguintes: Cuidado/Dano, Justiça/Desonestidade, Lealdade/Traição, Autoridade/Subversão, Santidade/Degradação e Liberdade/Opressão. A partir destas fundações, são desenvolvidas as matrizes morais de cada indivíduo, com maior ou menor relevo de cada uma.

A Teoria das Fundações Morais (TFM) assenta em quatro proposições essenciais (GRAHAM et al, 2013): (1) Nativismo – A TFM foi estruturada de forma a conciliar duas abordagens ao comportamento humano, habitualmente vistas como mutuamente exclusivas: as perspectivas evolucionista (reducionista) e cultural (construtivista). Assim, os autores consideram que a moralidade é inata e altamente dependente de influências ambientais.

Os genes (coletivamente) escrevem um primeiro rascunho no tecido neural, começando no útero mas continuando durante a infância. A experiência (aprendizagem cultural) revê o rascunho durante a infância, e mesmo (numa menor dimensão) durante a adultez (GRAHAM et al, 2013, p.8).

O nativismo é assim considerado como sendo organizado antes da experiência, em que a mente humana fica preparada para “aprender valores, normas e comportamentos relacionados com uma diversidade de problemas sociais adaptativos recorrentes” (GRAHAM et al, 2013, p. 9) – os autores ponderam que há uma organização modular ou matrizes, que em conjunto irão responder a problemas diversos; (2) Aprendizagem Cultural – considera-se que as fundações são universais mas incompletas, pese embora condicionem o tipo de construção que pode ser feito com maior facilidade. “Esta é uma teoria acerca do primeiro rascunho universal da mente moral, e de como este rascunho é revisto de diversas formas nas diferentes culturas” (GRAHAM et al, 2013, p. 10); (3) Intuicionismo – As avaliações morais tendem a ocorrer de forma automática e suportadas em processos inconscientes que posteriormente são racionalizadas de acordo com uma lógica seguida pelo indivíduo, que considera estar a agir deliberadamente. Esta fundação é baseada no Modelo do Intuicionismo Social de Haidt que considera as

#### 4

Shweder (apud Graham et al, 2013) criticou a tradição cognitivo-desenvolvimental, propondo que as pessoas no mundo (para além do ocidental) falavam em três linguagens morais: a ética da autonomia, ética da comunidade e ética da divindade.

#### 5

Fiske (apud Graham et al, 2013) propôs que o julgamento moral assenta nos mesmos modelos relacionais que encontramos nas relações sociais: partilha comunitária (*communal sharing*), ranking de autoridade (*authority ranking*), correspondência de igualdade (*equality matching*) e preços de mercado (*market pricing*).

intuições morais como ações em que o sujeito “não tem qualquer consciência de ter passado por passos de pesquisa, ponderação, evidência ou inferência de uma conclusão” (HAIDT; BJORKLUND apud GRAHAM et al, 2013, p. 11), sendo “moldadas no desenvolvimento pelo contexto cultural, e o seu output pode ser editado ou canalizado por um raciocínio subsequente ou questões de auto-apresentação” (GRAHAM et al, 2013, p. 11); (4) Pluralismo – a existência de uma pluralidade de fundações permite que estas se organizem de variadas formas, as matrizes morais, de modo a dar resposta “aos desafios adaptativos que os nossos antepassados enfrentaram durante um período longo de tempo” (GRAHAM et al, 2013, p. 12).

Maxwell e Narvaez (2013) consideram que a Teoria das Fundações Morais veio impactar a Psicologia Social, de forma a trazer um maior interesse sobre a área da Psicologia Moral. Há então atualmente uma teoria sustentada que integra aspetos biológicos e sociais, racionais e intuitivos, e que muitos autores na área da Psicologia Moral estão agora a procurar aprofundar, nomeadamente ao nível da investigação no desenvolvimento moral e na educação moral. Note-se a propósito que a edição de Setembro de 2013 do *Journal of Moral Education* foi totalmente dedicada à teoria de Haidt, denotando algum entusiasmo com a mesma. Poderá este ser um caminho bem conseguido, para irmos além das tradições racionalistas? Como referem Maxwell e Narvaez (2013, p. 278), “só podemos esperar que este diálogo inicial seja o princípio de uma longa conversa”.

## Para uma Moralidade Coletiva

Não obstante uma maturidade moral ser benéfica a nível individual, terá ainda repercussões positivas em termos coletivos, juntamente com um diálogo moral comunitário pluralista – sobre como podemos (queremos?) viver conjuntamente, através de partilha, resolução conjunta de problemas e mudança social participada, com ‘discussões públicas interativas’ que “enfraquecem a recusa da razão” (NARVAEZ, 2010, p.175) e de Instituições Morais Bem-Planeadas, em que há recursos para diminuir o sofrimento humano e seguir políticas que promovam a igualdade (NARVAEZ, 2010).

Assim, será fundamental considerar as funções de um sistema moral que, tal como define Jonathan Haidt (apud HAIDT; KESEBIR, 2010, p. 800), são “uma série de interligações entre valores, virtudes, normas, práticas, identidades, instituições, tecnologias, e mecanismos psicológicos alargados, que trabalham em conjunto para suprimir ou regular o egoísmo e tornar possível uma vida social cooperativa”.

Considera-se então que os cidadãos do século XXI irão necessitar de competências ao nível do pensamento crítico, cooperação, tolerância, resolução de conflitos, para além de um funcionamento moral maduro e positivo (NARVAEZ, 2010). Urge assim uma educação para a Moralidade, que vá além do mero raciocínio cognitivo – embora o integre, naturalmente, como proposto por Haidt – mas sobretudo que promova entre crianças e jovens, mas também entre adultos, um estímulo aos diálogos generativos, em que as virtudes e o propósito de vida ganhem voz, e a responsabilidade e ações morais sejam conjuntamente promovidos em cada dia.

## Felicidade e Moral para uma Sociedade Equifeliz

Entre as forças e aprendizagens feitas no caminho integrado das abordagens da Psicologia Positiva, Economia da Felicidade e Psicologia Moral, cremos na possibilidade de uma transdisciplinaridade que nos permita co-construir uma mudança social positiva. Se temos um mundo

fragilizado ao nível do ambiente, da economia, com guerras e conflitos que se mantêm e parecem perpetuar-se, com corrupção transversal a múltiplos domínios da sociedade, onde a globalização nos liga ao mesmo tempo que nos questiona sobre o que há de único em cada uma das nossas culturas e realidades, urge traçar um caminho em que a felicidade – num sentido público e de oportunidades de construção de sentido e de virtudes – e a reflexão e prática da moralidade sejam uma prioridade.

## ***Taking Stock***

A Psicologia Positiva sai de um percurso quase exclusivamente intraindividual e focado no hedonismo para abraçar as relações, o sentido de vida, as virtudes humanas, a felicidade coletiva e do coletivo e se assumir como co-responsável da mudança social (MARUJO; NETO, 2013). Entra no movimento que integra diferentes vozes e olhares, que vai além do mero bem-estar subjetivo ou promoção de emoções positivas de cada um, para trazer um novo sentido à existência global, numa era em que o florescimento das nações está a ser desafiado.

A Economia da Felicidade traz por sua vez uma proposta que alerta para a humanização das sociedades: a felicidade para além do PIB. Propõe o conceito de felicidade pública, considerando a distância entre crenças e oportunidades de uma população e, no âmbito do ressurgimento da Economia Civil, a importância não só dos valores dos mercados, re-distribuição e participação, mas também da reciprocidade e da fraternidade, valores esquecidos de uma sociedade que não soube equilibrar os valores da modernidade (NETO; MARUJO, 2013). Uma sociedade feliz será aquela que promove equidade e reciprocidade, desenvolvendo-se centrada nas pessoas, com vista ao facilitar de condições para um diálogo generativo entre o contrato e a dívida. Considerar o Ser para além do Ter. Estimula ainda horizontes de futuro onde a igualdade e a justiça sociais são abordados, cada vez mais, enquanto impactantes na felicidade e na saúde coletivas.

A Psicologia Moral, por seu turno, encontra novos paradigmas e um caminho que sai da tradição racionalista e estruturalista – que nos acompanhou desde meados do século XX (MAXWELL; NARVAEZ, 2013) –, para efetivamente compreender as ações morais, que se movem afinal além do princípio da justiça e que são mais do que raciocínios lógicos. Integra um carácter plural e transversal, negando a ideia de uma tábua rasa para, em conjunto com a antropologia, a biologia, as neurociências, a ciência política, entre outras, poder então compreender as estruturas modulares inacabadas, ou matrizes morais, que poderão ser potencializadas ao encontrarem no mundo uma cultura de tolerância, de participação e de diálogo.

É a partir do contributo integrado e inclusivo de cada uma das abordagens referidas, que consideramos ter espaço para ponderar novos caminhos que completem as diferentes visões e dimensões. Até aqui, considerámos o que cada uma das escolas traz para uma melhor compreensão sobre o que faz com que indivíduos, grupos e comunidades se fortaleçam, consigam superar crises sociais e económicas, e encontrar soluções alternativas. É tempo de lhes dar um sentido comum.

## **A ciência ao serviço de uma Sociedade Equifeliz**

Questionamo-nos sobre quais são as implicações que estes (e outros) dados e modelos podem ter para o bem-estar. Como integrar um equilíbrio entre hedonismo, *eudaimonia*, felicidade pública e moralidade, num modelo de transformação social? Considerámos neste artigo que a integração das

diferentes abordagens poderá ter benefícios, quer ao nível da forma de olhar, quer ao nível da intervenção potencial sobre as vidas coletivas que valham a pena ser vividas.

Por outro lado, não podemos deixar de sublinhar a inter-relação entre as dimensões, na medida em que uma intervenção ao nível da sociedade terá impacto a nível organizacional e individual, e vice-versa. Indivíduos que sejam capacitados para o bem-estar e moralidade, irão contribuir para a co-construção de uma Sociedade Equifeliz, sendo que o sentido inverso também será verdade.

Uma Sociedade Equifeliz – aqui considerada como aquela onde encontramos níveis elevados de bem-estar subjetivo e hedónico, felicidade eudaimónica, felicidade pública e moralidade – é potenciada, de acordo com os estudos até aqui descritos, pela qualidade das suas democracias, por maior igualdade e justiça social, menor corrupção, facilitação de concretização de metas individuais e coletivas, promoção de talentos e virtudes humanas, sentido de vida e de pertença. De modo a integrar as três perspetivas e, dado que vivemos em sociedade e como tal em relação, bem-estar e moralidade passam por encontrar uma lógica que una – mais do que divida – indivíduos, grupos, comunidades e nações. Sabemos que cada pessoa é única, e tem particularidades específicas ao nível de valores, gostos, interesses, sentido, ou matrizes morais (como consideradas pelo Modelo das Fundações Morais). Ao intervir para promover a felicidade individual e coletiva será então fundamental compreender as diferenças e particularidades – vistas numa perspetiva de complementaridade e não de exclusão mútua, numa co-existência da diferença – mas também o comum, aquilo que é partilhado num grupo, família, comunidade ou cultura. É a partir desta compreensão que poderemos facilitar condições para o desenvolvimento de todos e cada um, seguindo o princípio da inclusão e enriquecimento do tecido social, através dos bens relacionais, e da esfera individual, pelo convite à participação e partilha.

Desta forma, procuramos abrir uma janela para as questões a considerar na investigação e intervenções futuras. As inquietações que nos movem centram-se por um lado, no funcionamento humano, a nível pessoal e coletivo e, por outro, nas implicações práticas desta proposta. Assim, o que nos interpela para o futuro passa por responder às seguintes questões: (1) Qual a relação, se existe, entre as fundações morais (de acordo com a TFM) e as virtudes humanas (modelo VIA)?; (2) Até que ponto as crenças culturais ou expectativas (consideradas na proposta da Felicidade Pública) estão relacionadas com as matrizes morais (TFM)? (3) Em que medida a oscilação da qualidade da democracia de uma dada comunidade ou nação tem impacto nas crenças culturais ou expectativas da sua população nas diferentes gerações? (4) E até que ponto é que as crenças culturais de uma nação influenciam a qualidade da democracia?

Porque acreditamos que é tempo de agir para a co-construção de uma Sociedade Equifeliz, não podemos deixar de nos questionar ainda sobre o como da intervenção na sociedade: (1) Que caminhos para a capacitação dos indivíduos no sentido de um envolvimento e participação para a futura Sociedade Equifeliz? (2) Como potenciar ou criar recursos, propostas e estruturas sociais que envolvam os indivíduos numa comprometida participação em direção a uma Sociedade Equifeliz? (3) Que transformações na Educação permitem que cada criança e jovem tenha acesso a um nível de bem-estar pleno, considerando espaço individual e espaço coletivo? (4) Que organizações contribuem para o florescimento de comunidades Equifelizes? Qual a sua dinâmica interna e relacional? Qual a sua abertura ao exterior? (5) Que políticas públicas são concordantes com a Sociedade Equifeliz? O que pode ser melhorado? E qual o contributo possível de cada agente social?

São estas algumas das questões que emergem da nossa inquietação, quando procuramos alternativas ao nível da sociedade. A abordagem

transdisciplinar pode ser, na nossa perspectiva, uma forma de encontrar respostas e enriquecer o conhecimento e, de modo generativo, potencializar a transformação social. Assim, o conhecimento científico pode (deve?) provocar e facilitar a realidade que queremos co-construir, e que depende da ação de todos e cada um, num processo que é contínuo, rumo a uma sociedade Equifeliz.

## Sobre o artigo

Recebido: 10/11/2013

Aceito: 13/12/2013

## Referências bibliográficas

- ALVES DE LIMA, V.A. De Piaget a Gilligan: Retrospectiva do desenvolvimento moral em Psicologia um caminho para o estudo das virtudes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, 24, n.3, p. 12-23, 2004.
- BAUMEISTER, R.; VOHS, K.; AAKER, J.; GARBINSKY, E. Some key differences between a happy life and a meaningful Life. **The Journal of Positive Psychology**, v. 8, Nº 6, 505-516, 2013.
- BISWAS-DIENER, R. **Practicing positive psychology coaching: Assessment, activities and strategies for success**. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc, 2010.
- BRUNI, L. **Reciprocity, altruism and the civil society: In praise of heterogeneity**. New York: Routledge, 2008.
- CAMERON, K.; CAZA, A. Organizational and leadership virtues and the role of forgiveness. **Journal of Leadership and Organizational Studies**, 9, n.1, p. 33-48, 2003.
- DE NEVE, J. E.; DIENER, E.; TAY, L.; XUEREBA, C. **The objective benefits of subjective well-being**. Centre for Economic Performance. London: London School of Economics and Political Science, 2013.
- DECI, E. L.; RYAN, R. Hedonia, eudaimonia and wellbeing: An introduction. **Journal of Happiness Studies**, 9, p. 1-11, 2008.
- DELLE FAVE, A.; MASSIMINI, F.; BASSI, M. Hedonism and eudaimonism in positive psychology. In: DELLE FAVE, A.; MASSIMINI, F.; BASSI, M. (Orgs.). **Psychological selection and optimal experience across cultures: Social empowerment through personal growth**. New York, NY: Springer, 2011, p. 3-18.
- DIENER, E.; RYAN, K. National accounts of well-being for public policy. In: DONALDSON, S. I.; CSIKSZENTMIHALYI, M.; NAKAMURA, J. (Orgs.). **Applied positive psychology: Improving everyday life, health, schools, work, and society**. New York: Routledge, 2011, p. 15-34.
- DIENER, E.; SELIGMAN, M. Beyond money: Toward an Economy of Well-Being. In: DIENER, E. **The Science of Well-Being – The Collected Works of Ed Diener**. New York: Springer, 2009, p. 201-266.
- EASTERLIN, R. A. Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence. In: David, P.A.; Reder, M. W. (Orgs.). **Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honor of Moses Abramovitz**. New York: Academic Press, 1974, p. 98–125.



FLANAGAN, O. **Varieties of moral personality: Ethics and psychological realism**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

Frankl, V. **Um psicólogo no campo de concentração**. Lisboa: Editora: Nova Vega, 1946.

FREDRICKSON, B. L. The value of positive emotions. **American Scientist**, 91, p. 330-335, 2003.

FREDRICKSON, B. L. Updated thinking on positivity ratios. **American Psychologist, Advance online publication**, Jul 15, p. 1-9, 2013.

FREDRICKSON, B.; KURTZ, L. E. Cultivating positive emotions to enhance human flourishing. In: DONALDSON, S. I.; CSIKSZENTMIHALYI, M.; NAKAMURA, J. (Orgs.), **Applied positive psychology: Improving everyday life, health, schools, work, and society**. New York: Routledge, 2011, p 35-48.

FREY, B. **Felicidade: Uma revolução na economia**. Lisboa: Gradiva, 2009.

GABLE, S.; HAIDT, J. What (and why?) is positive psychology? **Review of General Psychology**, 9, n.2, p. 103-110, 2005.

GERGEN, K. Construcción social e ordenes morales. In: GERGEN, K. **Realidades y relaciones: Aproximaciones a la construcción social**. México: Ed. Paidós, 1996, p. 85-104.

GIANOPOULOS, V. L.; VELLA-BRODRICK, D. A. Effects of positive interventions and orientations to happiness on subjective well-being. **The Journal of Positive Psychology**, 6, n.2, p.95-105, 2011.

GRAHAM, J.; HAIDT, J.; KOLEVA, S.; MOTYL, M.; IYER, R.; WOJCIK, S.; DITTO, P. H. Moral foundations theory: The pragmatic validity of moral pluralism. **Advances in Experimental Social Psychology**, 47, p. 55-130, 2013.

HAIDT, J. The new synthesis in moral psychology. **Science**, 316, p. 998-1002, 2007.

HAIDT, J.; KESEBIR, S. Morality. In: FISKE, S.; GILBERT, D.; LINDZEY, G. (Orgs.) **Handbook of Social Psychology**. Hoboken: Wiley, 2010, p. 797-832.

HEFFERSON, K.; BONIWELL, I. Eudaimonic wellbeing. In: HEFFERSON, K.; BONIWELL, I. **Positive Psychology: Theory, Research and Applications**. England: McGraw Hill – Open University Press, 2011, p. 76-93.

HELLIWELL, J. F.; WANG, S. The state of world happiness. In: HELLIWELL, J. F.; LAYARD, R.; SACHS J. (Orgs.) **World Happiness Report**. New York: Earth Institute, Columbia University, 2012, p. 10-57.

HOLDER, M. D. **Happiness in children: Measurement, correlates, and enhancement of positive subjective well-being**. New York: Springer, 2012.

HUTA, V.; RYAN, R. M. Pursuing pleasure or virtue: The differential and overlapping well-being benefits of hedonic and eudaimonic motives. **Journal of Happiness Studies**, 11, n.6, p. 735-762, 2010.

KEYES, C. L.; SHMOTKIN, D.; RYFF, C. D. Optimizing well-being: The empirical encounter of two traditions. **Journal of Personality and Social Psychology**, 82, n.6, p. 1007-1022, 2002.

LA TAILLE, Y. Moral e ética: Uma leitura psicológica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 26, p. 105-114, 2010.

LOPES, M. P.; JARDIM, P. P.; ALVES, T. F. The revolution of happiness and happiness in revolutions: The case of the first portuguese republic. In: MARUJO, H. A.; NETO, L. M. **Positive nations and communities: Collective, qualitative and cultural-sensitive processes in positive psychology**. Dordrecht: Springer, 2013, p. 193-207.

LOURENÇO, O. **Psicologia do desenvolvimento moral: Teoria, dados e implicações**. Coimbra: Almedina, 1992.

MACINTYRE, A. **After virtue: A study in moral theory**. Indiana, EUA: University of Notre Dame Press, 2007.

MAGGIOLINI, P.; NANINI, K. Ethical meaning of the re-emerging thought about "civil economy" in Italy. In: XV Congreso Nacional de Ética de la Economía y de las Organizaciones, Barcelona, 2007. **Comunicaciones del XV Congreso Nacional de Ética de la Economía y de las Organizaciones 2007: El buen gobierno de las organizaciones**. Barcelona, 2007, p. 1-9. Disponível: <<http://www.eben-spain.org/docs/Papeles/XV/MaggioliniNanini.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

MARUJO, H. A.; NETO, L. M. Toward a participatory and ethical consciousness in positive psychology: The value positioning in the genesis of this book. In: MARUJO, H. A.; NETO, L. M. **Positive Nations and Communities: Collective, Qualitative and Cultural-Sensitive Processes in Positive Psychology**, Dordrecht: Springer, 2013, p. 15-24.

MAXWELL, B.; NARVAEZ, D. Moral foundations theory and moral development and education: Introduction. **Journal of Moral Education**, 42, n.3, p. 271-280, 2013.

NARVAEZ, D. Moral complexity: The fatal attraction of truthiness and the importance of mature moral functioning. **Perspectives on Psychological Science**, 5, n.2, p.163-181, 2010.

NETO, L. M. ; MARUJO, H. A. Positive Community Psychology and Positive Community Development: research and intervention as transformative-appreciative actions. In MARUJO, H. A.; NETO, L. M. **Positive Nations and Communities: Collective, Qualitative and Cultural-Sensitive Processes in Positive Psychology**. Dordrecht: Springer, 2013, p.209-230.

PETERSON, C.; PARK, N. Character strengths and virtues: Their role in well-being. In: DONALDSON, S. I.; CSIKSZENTMIHALYI, M.; NAKAMURA, J. (Orgs.). **Applied positive psychology: Improving everyday life, health, schools, work, and society**. New York: Routledge, 2011, p. 49-62.

PETERSON, C.; SELIGMAN, M. E. **Character strengths and virtues: A handbook and classification**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

PORTA, P. L.; SCAZZIERI, R. Public happiness and civil society. In: BRUNI, L.; PORTA, P. L. (Orgs.). **Handbook on the Economics of Happiness**. USA: Edward Elgar Publishing, 2007, p. 95-109.

RYAN, R.; HUTA, V.; DECI, E. Living well: A self-determination theory perspective on eudaimonia. **Journal of Happiness Studies**, 9, p.139-170, 2008.

VEENHOVEN, R. Greater happiness for a greater number: Is that possible? If so, how? In: SHLEDON, K. M.; KASHDAN, T. B.; STEGER M. F.; **Designing positive psychology: Taking stock and moving forward**. New York, NY: Oxford University Press, 2011, p. 396-409.

WILKINSON, R. G.; PICKETT, K. **The spirit level: Why greater equality make societies stronger**. New York: Bloomsbury Press, 2011.

WONG, P. T. P. Positive Psychology 2.0: Towards a balanced interactive model of the good Life. **Canadian Psychology**, 52, n.2, p. 69-81, 2011.